



Relatório Geral do Congresso Nacional da FENAPSI

Dias: 09, 10 e 11 de agosto de 2024

Local: Escola Sul da CUT

Tema: Psicólogas/os em tempos de reconstrução do país, das políticas públicas: a FENAPSI E SEUS SINDICATOS na luta conjunta com CFP/CRPs por melhores condições e relações de trabalho no setor público e na iniciativa privada e pelo fortalecimento do movimento sindical da Psicologia Brasileira”.

Objetivo Geral: Discutir e definir a linha política da federação a partir de 06 (seis) eixos temáticos que subsidiarão o plano de lutas da Federação e seus 18 (dezoito) sindicatos filiados pois são as principais pautas demandadas à federação e aos sindicatos, bem como eleger a Direção Nacional e Conselho Fiscal para o próximo triênio (2024-27) e definir contribuições aos seus sindicatos filiados.

Participantes: Total de 47 Delegados sendo 17 Delegados Natos entre os membros da Direção atual da Federação, 20 Delegados Diretores/as dos Sindicatos e 10 delegados de base estadual.

Programação do Congresso:

Local: Escola Sul da CUT, Endereço na Av. Luiz Boiteux Piazza, 4.810 – Ponta das Canas. CEP: 88056-000

Dia 09 de agosto (sexta-feira)

12:00 - 18:00 – Credenciamento – Pré- Congresso

15:00 - 18:00 – **Formação Sindical/Escola Sul da CUT (O Papel do Sindicato- Por que se filiar à CUT)**

16:00-16:30 - Coffe-break

18:00 - 19:00 - Pausa

19:00 - 20:30 - Mesa de abertura/ Análise de conjuntura (DIEESE; CUT e CFP)

20:30 – 21:00 - Eleição da Comissão Eleitoral e aprovação do Regimento eleitoral (sob consulta)

21hs – Jantar

Momento Cultural

Dia 10 de agosto (sábado)

09:00 -10:00 - Apresentação e aprovação das contas (Contador Fabiano Bittencourt-Legal Fisco)

10:00-10:30 – Café (pausa)

10:30-12:30 – Início das apresentações dos Eixos temáticos (20 -30 min. cada)

1. PISO E JORNADA
2. SUAS/ASSISTÊNCIA SOCIAL
3. SUS/SAÚDE
4. EDUCAÇÃO
5. SAÚDE SUPLEMENTAR
6. TRÂNSITO

14:00- 16: 30 - Início dos Grupos de trabalho (04 salas)

16:30-17:00 - Coffeebreak

17:00 – 20:00- **Atividade formativa da ISP – Convenção 190 - Enfrentamento da Violência e assédio no Trabalho**

Dia 11 de agosto (domingo)

09:00-10: 30 – Apresentação do trabalho dos grupos e do Plano de Lutas para Gestão 2024-27

10:30 - Apresentação da(s) chapa(s) homologadas pela Comissão eleitoral

10:45- 11:45- Eleição da Direção Nacional e Conselho Fiscal mandato 2024-2027

11:45-12:30hs - Mesa de encerramento/Anúncio da Chapa vencedora e definição da data de Posse da gestão eleita

Tarde de 09/08/2024:

Neste primeiro dia foi realizada uma formação sobre o Papel do Sindicato e do Dirigente sindical sendo conduzida pelo Sociólogo Formador Sindical da escola Sul da CUT Márcio Zapicán

Noite de 09/08/2024: Mesa de abertura 19hs

A mesa de abertura foi composta pelas seguintes autoridades:

Presidenta da FENAPSI – Vania Maria Machado.

Vice-Presidenta do CFP – Alessandra Santos de Almeida.

Secretário Sub-Regional do Brasil ISP – João Cayres.

Secretária Geral da CNTSS – Isabel Cristina Gonçalves.

Secretário Geral da CUT-SC – Rogério Manoel Corrêa.

Presidenta da CRP-12 – Yara Maria Moreira de Faria Hornke.

Supervisora Técnica do DIEESE-SC – Crystiane Peres.

Síntese das Falas:

Presidenta da FENAPSI – Vania Maria Machado

Saudou a todos, agradeceu a presença, ressaltou a presença dos psicólogo nas várias áreas de atuação das políticas públicas e do controle social, falou sobre o papel da FENAPSI no fortalecimento dos sindicatos, na relação com os conselhos de psicologia, na parceria com o movimento sindical em especial com a CUT-SC e a atuação nos espaços de controle social e na defesa das políticas públicas para além do SUS e do SUAS, a FENAPSI hoje é referência de a atuação nos conselhos estaduais e nacionais sendo ouvido e respeitado pelas diversas entidades do controle social dos diversos seguimentos. E é como esse respeito e força que queremos ao final do congresso com a nova direção eleita continuar sendo referência a nível de Brasil.

Vice-presidente do CFP – Alessandra Santos de Almeida.

Saudou a todas/os/@s, é um prazer estar aqui representando o CFP neste congresso nacional, fortalecendo a relação entre o conselho e os sindicatos. As nossas pautas muitas vezes são as mesmas e precisamos estar unidos para tem mais força para poder avançar juntos na defesa dos direitos e dos interesses dos/as psicólogos/as no Brasil todo. A retomada da democracia e de um governo democrático e popular, ainda não nos garantiu uma câmara e senado progressista, pelo contrário temos o mais conservador dos últimos anos, o que dificulta o avanço nas conquistas como a redução da jornada, piso nacional do psicólogo/a, o combate ao assédio moral, melhores condições de trabalho, etc. Por outro lado, unifica os movimentos e as entidades na busca dos interesses comum, e para o CFP a parceria com a FENAPSI é estratégica e fundamental para avançamos nos interesses comum, e para finalizar cito Bertolt Brecht – “Os que Lutam – Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muitos bons; Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muitos bons; Há aqueles ainda que lutam anos; e são melhores ainda; porém há aqueles que lutam a vida toda e esses são os imprescindíveis”.

João Cayres – ISP;

A Internacional de Serviços Públicos é uma federação sindical mundial que representa 20 milhões de trabalhadoras e trabalhadores que prestam serviços públicos essenciais em 163 países. A ISP defende os direitos humanos, promove a justiça social e o acesso universal aos serviços públicos de qualidade. A ISP trabalha com o sistema das Nações Unidas e em colaboração com entidades da sociedade civil, sindicatos e outras organizações.

Secretária Geral da CNTSS – Isabel Cristina Gonçalves.

A reconstrução do país, depois do desgoverno anterior o qual causou vários impactos negativos para os trabalhadores, como as reformas trabalhista incentivando a pejetização, precarização das relações de trabalho. Com a retomada do governo atual, retomamos o fortalecimento do SUS, o mercado internacional da saúde é gigante, eles dominam os planos de saúde, os hospitais, laboratórios, farmácias, visando o lucro, através do custo da doença das pessoas, utilizando do momento mais frágil das pessoas. Entendemos que o fortalecimento do conselho nacional de saúde, de educação e demais conselhos para defender as políticas publica para reconstruir o país para o povo brasileiro.

Secretário Geral da CUT-SC - Rogério Manoel Corrêa.

A CUT tem 40 anos de história, é patrimônio da classe trabalhadora, é a garantia da democracia e dos direitos da classe trabalhadora, das minorias. Estamos nos piores momentos da classe trabalhadora, os últimos governos retiraram direitos dos

Trabalhadores/as, enfrentamos uma pandemia que acelerou o avanço das novas tecnologias, mas não deixamos de lutar um só momento, como a vigília que a CUT fez para barrar a PEC 032. A CUT é a maior central sindical da América Latina, agrega todas as categorias público e privados, urbanos e rurais, celetista e autônomos, formando a diversidade de representação estando em todos os estados do Brasil, unificando a luta da classe trabalhadora, porque ninguém conquista direito algum sozinho.

Presidenta da CRP-12 – Yara Maria Moreira de Faria Hornke.

Venho de muitas lutas, sou aposentada do TJ-SP, trabalhava com a população em vulnerabilidade social, posso dizer com toda certeza que a democracia no Brasil é para as elites, os demais lutam para viver, e só conhecem a opressão. O Papel do psicólogo é transformar a sua dor, e dar força para seguir a sua jornada. O CRP12, está à disposição para construirmos juntos a caminhada.

Supervisora Técnica do DIEESE-SC – Crystiane Peres.

Crystiane, apresentou os dados referentes a atuação dos psicólogos/as a nível de Brasil.

(Apresentação em anexo), falou do papel do Dieese para o conjunto da classe trabalhadora, o trabalho de assessoria que a instituição presta aos associados, ressaltando que exclusivamente financiado pelo movimento sindical, com reconhecimento nacional dos seus trabalhos e metodologia.

Encaminhamento: A presidente da FENAPSI anunciou a filiação ao DIESSE conforme decisão de diretoria.

Logo após a Mesa de abertura foi lido e aprovado o Regulamento Interno do Congresso e eleita a Comissão Eleitoral composta pelos seguintes Psicólogas(os) delegadas(os): Marcelo Tourinho de Garcia Soares (Coordenador); Marcela Milano e Marienne Lúcia Ferreira Noegeli.

Manhã do dia 10/08/2024.

- APRESENTAÇÃO E APRECIACÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTA – 2022 e 2023

Apresentação do balanço financeiro e prestação de contas de 2022 e 2023, foi realizada pelo contador Sr. Fabiano Bittencourt que explicou quais as regras específicas e obrigatórias com o fisco e com a Receita Federal que os sindicatos e a federação devem cumprir anualmente para evitar multas por falta de comunicação para com a receita federal.

Link para acessar a apresentação completa: <https://drive.google.com/file/d/19IChsXbl-gjK6D394SsObSluVsVnFPqO/view?usp=sharing>

Encaminhamento: Aprovada a prestação de contas sendo que deverá ser publicado o Balanço Patrimonial e Demonstrativo Financeiro

APRESENTAÇÃO DOS 06 (SEIS) EIXOS DE DEBATE:

1. PISO E JORNADA
2. SUAS/ASSISTÊNCIA SOCIAL

3. SUS/SAÚDE
4. EDUCAÇÃO
5. SAÚDE SUPLEMENTAR
6. TRÂNSITO.

I- PISO E JORNADA- Vânia apresentou o tema

Link para acessar a apresentação completa:

<https://drive.google.com/file/d/1odC9kkCpHw9t60GYNobFYBHdTl4oOw7i/view?usp=sharing>

Vânia apresentou os projetos em Tramitação na câmara e senado que envolvem a profissão dos Psicólogos como redução da Jornada e Piso Salarial. (Em anexo a apresentação com os PL e sua tramitação).

Ações Sindicais relacionadas:

Campanha de Sindicalização permanente - Papel do sindicato

Propiciar formação e capacitação profissional e política para atuação em Fóruns, Conselhos de Direitos, Sindicatos e outros movimentos sociais

Fazer agenda política com outros sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e entidades da psicologia (CFP/CRPs/ FENPB)

Articular com universidades (Coordenação do Curso de Psicologia e Centros Acadêmicos) para divulgação do trabalho do Sindicato

Realizar Convenções/Acordo Coletivo de Trabalho.

Participar do controle social nas diferentes políticas públicas

Manter os canais de comunicação com a categoria – REDES SOCIAIS (Site, Facebook e Instaram) dinâmicos e atualizados.

Manter relação com a universidades, entregas de carteira profissional.

Grupos de trabalho: SUAS; EDUCAÇÃO; CONCURSOS;

Mesa negociação SUS – Oficializada a representação (Fernanda e Letícia (DF)

Mesa de negociação do SUAS - em fase de reativação – estados também deve acontecer

Negociação com EBSEH/FENAPSI – Psicólogos dos Hospitais Universitários Federais

Regulamentação da convenção 151 DA OIT - negociação coletiva - Mobilização das Centrais para buscar sustentação financeira e política para os sindicatos

Ratificação da convenção 190 DA OIT – ISP fez Audiência 16/06 Cartilha - Guia Sindical “Enfrentando a Violência no Trabalho”

Luta contra EAD na Psicologia - Grupo de Trabalho (GT) - para subsidiar a elaboração da política que regulamentará a oferta de cursos à distância nas áreas de Enfermagem, Psicologia, Direito e Odontologia – Fernanda e Vânia acompanharam as reuniões pela Federação - Nota pública em defesa do ensino presencial.

Relação de parceria entre FENAPSI/CFP E SINDICATO E CRPs – AÇÕES CONJUNTAS- CNP – lutas e fiscalização conjunta das condições de trabalho

Foi oficializado pedido de participação da Federação nas negociações com a EBSEH-SINDICATOS DEVEM ARTICULAR COM PSICÓLOGAS/OS DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS – identificação de demandas da categoria)

Ampliar a política de benefícios para os filiados

Articular com operadoras de planos de saúde – SAÚDE SUPLEMENTAR - melhoria das condições de trabalho das psicólogas que prestam serviços por meio de convênios

II- SUAS/ASSISTÊNCIA SOCIAL

Link com apresentação completa:

<https://drive.google.com/file/d/1WcWBQZWVBbv0PJAIp3dOOIS5korSqbu/view?usp=sharing>

Vania e Fernanda apresentaram as principais questões que permeiam o SUAS (Sistema Único de Assistência Social) envolvendo a categoria, como:

Marco Regulatório da Política de Assistência.

Sistema Único de Assistência Social.

- Principal empregador da psicologia nos últimos anos
- Nossa organização e participação em diferentes espaços políticos: CAS; Fóruns de Trabalhadores; Fórum de Entidades Sindicais; Mesa de Negociação do SUAS; Frentes em defesa do SUAS; Núcleos de educação Permanente;
- Presença no Controle Social (CAS) nas 3 esferas;
- PL 5874/2023 -Piso Salarial dos trabalhadores do SUAS – Audiência 13/06
- Mesa Nacional de Negociação do SUAS- 1a reunião organizativa - 07/06

Desmonte das políticas públicas e desmobilização das/os trabalhadoras/es.

- Decreto 9.759/2019: que extingue diversos Conselhos de Direitos
- Os ataques ao BPC e as barreiras e dificuldades de acesso tanto para o idoso quanto para a Pessoa com Deficiência e sua inclusão na Reforma da Previdência com propostas de desvinculação do salário-mínimo
- Financiamento das Comunidades Terapêuticas e as políticas de internação compulsória sendo instituídas pelos municípios, contrariando a lei da Reforma Psiquiátrica
- A terceirização, as reformas trabalhistas, previdenciárias e a principalmente a EC 95 trouxeram impactos no dia a dia de todas(os) as(os) trabalhadoras(es), intensificados com a pandemia

Precarização do Trabalho.

- Assédio Moral
- Terceirização do trabalho
- Ausência de concurso público
- Baixa remuneração
- Qualificação deficitária
- Falta/baixo investimento em programas e serviços

Ações Sindicais:

- Propiciar formação e capacitação profissional e política para atuação em Fóruns, Conselhos de Direitos, Sindicatos e outros movimentos sociais
- Fazer agenda política com outros sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e entidades da psicologia (CFP/CRPs/ FENPB)
- Participar dos Conselhos de Assistência Social nas 3 esferas
- Grupos de trabalho: SUAS
- MESA DE NEGOCIAÇÃO DO SUAS - em fase de reativação.

Espaços políticos de organização e participação das/os trabalhadoras/es do SUAS

Espaços políticos institucionalizados:

- Sindical: sindicatos - centras sindicais, confederações e federações
- Conselhos profissionais
- Associações profissionais

Espaços políticos não institucionalizados:

- Fóruns de trabalhadores: nacional, estadual e municipais/regionais
- Movimentos

Desafios para ampliar a participação dos Psicólogos/as.

- Estabelecer e pôr em prática um projeto ético-político da profissão
- Incentivar a participação qualificada de psis como representantes no Controle Social e nas Conferências nas 3 esferas, Sindicato e CRPs
- Mapear as/os psicólogas/os que participam em Controle Social e Conferências.
- Estabelecer diretrizes de formação política sob responsabilidade das entidades nacionais. (CFP e FENAPSI) e estaduais (Sindicatos de Psicólogos e CRPs) para qualificar a participação das/os psicólogas/os nos diferentes espaços de participação política
- Fazer o efetivo exercício da democracia participativa e vencer os vícios da democracia representativa inclusive no movimento sindical e no Sistema Conselhos.
- Defender os direitos das/os trabalhadoras/es em todos os contextos.
- Lutar para combater toda forma de precarização das condições e relações de trabalho

Possibilidades da participação Das/os psicólogas/os.

Não resta dúvida quanto à nossa inserção e participação na execução das políticas públicas em geral, em especial da Assistência Social, nos diferentes serviços tipificados da Proteção Básica e da Proteção Especial de Média e Alta Complexidade

É preciso fazer um trabalho de (IN)FORMAÇÃO AOS PSICÓLOGOS que desejam engajar-se na luta por uma sociedade com justiça social e pelo fortalecimento das políticas públicas para que possam ter uma participação e representação política qualificada junto aos diferentes espaços políticos - Controle Social, Conferências, CRPs e Sindicatos

Como qualificar esta participação? Participando nos Fóruns Estaduais e Municipais, nos Grupos de trabalho e Comissões dos Sindicatos e dos CRPs.

Representações da fenapsi/sindicatos.

- Conselho nacional de saúde- cns - ces/cistt/cism
- Forum nacional de entidades da psicologia – fenpb - fepsi
- Fórum nacional dos trabalhadores/as da saúde- fentas
- Fórum nacional dos trabalhadores/as do suas-fntsuas/fetsuas

Filiações da fenapsi.

- Central única dos trabalhadores- cut
- Confederação nacional dos trabalhadores/as em seguridade social – cntss
- Internacional de serviços públicos – isp
- Dieese – no congresso-(aprovada ontem - 09/08/2024).

Dados de Representação Sindicatos Filiados

- Conselhos Municipais: AL; BA; MG; SC; SP; ES
- Conselhos Estaduais: BA; MG; SC; SP; ES
- NUNEP: BA
- NUEP: SC
- FETSUAS: BA; MG; SC; SP
- Conferências Municipais: MG; RJ; SP
- Conferências Estaduais: BA; MG; RJ; SC; SP

III- SUS/SAÚDE

Link com apresentação completa:

<https://docs.google.com/presentation/d/1RM2yLZfYNkAVTtS3FSbmC9bApLqDdvw0/edit?usp=sharing&ouid=105328085912944112843&rtfpof=true&sd=true>

Aspectos legais

Direito à saúde. A saúde consta na Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no artigo XXV, que define que todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis

No Brasil, direito à saúde foi uma conquista do movimento da Reforma Sanitária, refletindo na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) pela Constituição Federal de 1988, cujo artigo 196 dispõe que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”

O sus democratizou a saúde no país.

Arcabouço legal:

- Leis 8080/90 e 8142/90;
- Universalidade de acesso;
- Equidade na assistência à saúde;

- Integralidade do cuidado;
- Controle Social - Participação da Comunidade; e
- Descentralização – Interfederativo.

Princípios dos sus

- **Universalidade** - todos os cidadãos brasileiros, sem qualquer tipo de discriminação, tem direito ao acesso às ações e serviços de saúde
- **Equidade** - um princípio de justiça social, que tem por objetivo diminuir desigualdades oferecendo as ações e serviços com as necessidades
- **Integralidade** - Significa considerar a pessoa como um todo e integradas na sua comunidade. Para atender as suas necessidades de ações em saúde deve-se levar em conta os aspectos envolvidos na vida do ser humano, integrando ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças, de tratamento e de reabilitação.
- **Participação social.**

Organização do controle social no sus

Os conselhos de saúde e as conferências de saúde se constituem nos principais espaços para o exercício da participação e do controle social na implantação e na implementação das políticas de saúde em todas as esferas de governo.

Conselhos de saúde (nacional, estaduais e municipais) - instâncias colegiadas, deliberativas e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) que têm como missão fiscalizar, acompanhar e monitorar as políticas públicas de saúde nas suas mais diferentes áreas, levando as demandas da população ao poder público, compostos por representantes de usuários/as do sistema (50%), de trabalhadores/as da saúde (25%) e de gestores/as e prestadores de serviços de saúde (25%)

Conselho nacional de saúde/OMS/OPAS

Órgão vinculado ao Ministério da Saúde composto por representantes de entidades e movimentos representativos de usuários, entidades representativas de trabalhadores da área da saúde, governo e prestadores de serviços de saúde, sendo o seu Presidente eleito entre os membros titulares do Conselho (Decreto nº 5.839/2006).

Competências do CNS, dentre outras:

- aprovar as políticas de saúde;
- aprovar o orçamento da saúde;
- acompanhar a sua execução orçamentária;
- aprovar a cada quatro anos o Plano Nacional de Saúde;
- atuar na regulação da ética em projetos de pesquisas envolvendo seres humanos;
- articular políticas/programas e formular diretrizes para a gestão do trabalho e da educação na saúde, na perspectiva de atender às necessidades sociais.

77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao lado da Ministra de Estado da Saúde, Nísia Trindade, e outros secretários do MS, em Genebra, na Suíça; Pela primeira vez na Assembleia Mundial da Saúde teve um evento paralelo de participação social; Aprovação da Resolução de Participação Social;

Reinstalação da MNNPSUS – gestão e negociação do trabalho no sus

A MNNP-SUS é um fórum paritário que reúne gestores e trabalhadores a fim de tratar dos conflitos inerentes às relações de trabalho.

Sistema Nacional de Negociação Permanente do SUS o SINNP-SUS foi criado pela Mesa Nacional. O SiNNP-SUS é constituído pelo conjunto de Mesas de Negociação Permanente, instituídas regularmente, de forma articulada, nas esferas federal, estaduais e municipais, respeitada a autonomia de cada ente político.

O CNS aprovou, no dia 13 de março de 2023, a Resolução n.º 708 que “dispõe sobre a reinstalação da Mesa Nacional de Negociação Permanente do Sistema Único de Saúde”, que reinicia suas atividades com uma nova estrutura e uma composição ampliada de seus membros, definindo metodologias de trabalho que serão adotadas para a condução e implementação da agenda a ser desenvolvida nos próximos anos.

Considerando as características do trabalho na saúde a existência de conflito permanente e a necessidade do processo negocial requer o envolvimento de todos os atores sociais envolvidos no processo.

Negociação é um processo mediante o qual duas ou mais partes com interesses comuns e opostos trocam informações ao longo de um período, tendo em vista conseguir um acordo em suas relações futuras.

A negociação como instrumento de gestão no setor saúde deve ser entendida como um processo que pode permitir aos atores sociais analisar e compatibilizar as razões, interesses e atuações de sua participação na resolução de situações complexas, e conseguir acordos duradouros como base de uma cooperação benéfica

A negociação é um ato político, para que a gestão de políticas públicas busque gerar a viabilidade por meio de acordos duradouros e respeitados, em determinado tempo e espaço geográfico. Estarão envolvidos atores sociais – institucionais ou não - que têm interesses poder e recursos para enfrentar situações-problema que os afetam com direitos e possibilidades de participar responsavelmente e em pé de igualdade na solução

Saúde do Trabalhador - Renast/Cerest

Constituição Federal de 1988 – Artigo 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei: I - ...; II - executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador; VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho

Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora: É por meio da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora-PNST, que são definidos a finalidade, os princípios, as diretrizes e as estratégias a serem observados pelas três esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento da atenção integral à saúde do trabalhador, com ênfase na vigilância, visando a promoção e a proteção da saúde dos trabalhadores e a redução da morbimortalidade decorrente dos modelos de desenvolvimento e dos processos produtivos.

A Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, Renast, foi criada em 2002, por meio da Portaria no 1.679/GM, com objetivo de disseminar ações de saúde do trabalhador, articuladas às demais redes do Sistema Único de Saúde, SUS. Com a definição da Política Nacional de Saúde do Trabalhador em 2005 (Brasil, 2005), a Renast passou a ser a principal estratégia da organização da ST no SUS, sob a responsabilidade

da então Área Técnica de Saúde do Trabalhador do Ministério da Saúde, hoje Coordenação Geral da Saúde do Trabalhador, CGSAT.

- É uma rede desenvolvida de forma articulada entre o Ministério da Saúde, as Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que tem como estratégia a garantia da atenção integral à saúde dos trabalhadores.

Os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador CEREST tem como objetivo principal a implantação da Atenção Integral à Saúde do Trabalhador no SUS dando subsídio técnico aos municípios para o desenvolvimento das ações de promoção, prevenção, vigilância, diagnóstico, tratamento e reabilitação em saúde dos trabalhadores urbanos e rurais.

Normas Regulamentadoras

As Normas Regulamentadoras estipulam quais são os requisitos mínimos para a garantia da saúde e da segurança no ambiente de trabalho.

Como passam por inspeção periódica do Ministério do Trabalho e Emprego, essas normas precisam ser cumpridas pelas empresas brasileiras.

Inicialmente eram 37 NRs. Porém, duas já foram revogadas.

Saúde Mental

Declaração de Caracas (1990) – Países signatários se comprometeram a superar o modelo hospitacêntrico e a lutar contra todos os abusos e a exclusão de que são vítimas as pessoas com problemas de saúde mental.

Lei Federal 10.216/2001 – Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

A rede de serviços de saúde mental pode contar com:

- Ações na Atenção Básica, incluindo a Saúde da Família - (agora E-Multi),
- Centros de Atenção Psicossocial (CAPS),
- Centros de Convivência (CECCO),
- Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT),
- Leitos em Hospitais Gerais e Ambulatórios
- CAPS
- Espaço de referência para o tratamento de pessoas com sofrimento mental grave a partir da Reforma Psiquiátrica;
- Objetiva absorver grande parte da antiga demanda pelas internações;
- Dispositivo de cuidado intensivo, comunitário, interdisciplinar, personalizado e promotor de vida;
- Gerencia projetos terapêuticos individualizados e promove a reinserção social dos usuários;
- Organiza a rede de serviços em SM em seu território;

Desafios permanentes da saúde mental

- Desospitalização de pessoas com longo tempo de internação;
- Desenvolvimento de ações específicas para a população infanto-juvenil;
- Efetivação de ações de saúde mental na Atenção Básica;

- Ampliação Rede – RAPS e seus diversos equipamentos;
- Atenção à população dos hospitais de custódia/ Fim dos HCTPs;
- Fim das Comunidades Terapêuticas;
- Fortalecimento da Luta Antimanicomial contra o desmonte da Política de Saúde Mental;
- Ampliar o debate e as informações sobre saúde mental;
- Reafirmar o compromisso do Controle Social;
- Propostas de defesa de Direitos Humanos;
- Pontos de Atenção de Cuidado em Liberdade;
- Ações Inter setoriais;

IV - EDUCAÇÃO

Link com apresentação completa:

<https://docs.google.com/presentation/d/1FzNVKaV6Xs3wBnNt6YpfU4G5FJQ5rPLu/e/dit?usp=sharing&ouid=105328085912944112843&rtpof=true&sd=true>

Educação: Sobre a implementação da Lei 13.935/2019

O processo de implementação da Lei 13.935/2019 no país segue num ritmo diferente de um estado para outro e depende muito da capacidade de mobilização das nossas entidades organizativas, nossos Grupos de Trabalho estaduais em articulação com os diferentes atores implicados. O movimento pela implementação da lei não é importante somente pela nossa inserção neste campo de trabalho, mas principalmente para nos posicionar enquanto profissionais da e na educação enquanto política pública, passando pelas definições das nossas atribuições e pela nossa atuação nas equipes multiprofissionais nas escolas e na gestão da educação.

CBO 2515-05: Psicólogo Educacional - Psicólogo da educação, psicólogo escolar.

GT DO MEC - 2024: Com objetivo de estabelecer diretrizes e recomendações para a implementação da Lei 13.935/2019 o MEC criou o GT por meio da **Portaria MEC nº 31 de 21/06/2024** onde consta a composição do GT e o calendário de reuniões onde cada grupo de entidades que compõe o GT irão apresentar subsídios para a construção de um documento que conterá as recomendações do MEC. A primeira reunião foi no dia 12/07 e foi de apresentação e acerto do calendário. O GT encerrará no dia 13/09 com apresentação do produto.

Por que uma equipe multiprofissional no cotidiano da escola

Como uma maneira de preservar as gerações futuras do flagelo da guerra, em 1950 a ONU recomendou o apoio de profissionais no cotidiano da escola.

Na Associação Internacional de Psicologia Escolar e na Associação Americana de Psicologia Escolar há uma recomendação da presença destes profissionais até hoje, como profissionais DA EDUCAÇÃO e estabelecem uma relação 1:500 estudantes, de acordo com as características da unidade escolar.

Acompanhar o processo de desenvolvimento e aprendizagem de estudantes e suas famílias passa a ser um objetivo para qualificar a educação brasileira e apoiar educadores e educadoras em sua tarefa.

A especificidade das equipes multiprofissionais das (e nas) escolas; A intersetorialidade é essencial, mas, não pode ser confundida na implementação da Lei; A defesa de uma escola que atenda às necessidades do tempo presente e que promova enfrentamentos às desigualdades estruturantes das relações sociais;

Escola como um espaço de proteção e segurança a todas as crianças/estudantes - um espaço plural e de valorização das diferenças, capaz de enfrentar as opressões, violências, preconceitos.

Marcos do movimento pela inserção da Psicologia e Serviço Social nas escolas

- 1980 – chamada do Sindicato de Psicólogos de SP para profissionais que trabalhavam com crianças que apresentavam dificuldades escolares em diferentes espaços (predominância de atendimentos clínicos)
- A partir dessa mobilização é iniciado um movimento pela organização mais ampla da área da Psicologia Escolar
- 1990 – a criação da ABRAPEE – Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional
- 1991 – Organização do I Congresso Nacional de Psicólogos Escolares e formulação do primeiro projeto de Lei para inserção deste profissional nas escolas (projeto vetado pelo Presidente à época)
- De 1991 a 2000 – O CFP e CFESS se reorganizaram na articulação desse movimento.
- Anos 2000 - Produção de Pareceres Técnicos e estudos, além da produção de brochura Serviço Social na Educação (2001)
- 2008 a 2012 - GT Nacional Serviço Social na Educação
- 2012 - I Seminário Nacional Serviço Social na Educação

A lei 13.935 e as demandas para a formação em Psicologia

A regulamentação da profissão de psicólogo e o currículo mínimo: o lugar da psicologia escolar (Lei 4119/62); As DCN-Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia - 2004, 2011, 2023

- Formação generalista e ênfases
- Competências e processos de trabalho: processos educativos
- A importância do campo educativo para a atuação em Psicologia
- Crescentes e mutantes demandas do campo educativo: a importância da formação continuada.

Condições de trabalho da(o) psicóloga(o) à luz da lei 13.935/2019

A Lei 13.935/2019 não detalha as atribuições dos profissionais e, por isso, a Coordenação Nacional trabalhou na construção do **Manual** e da **Cartilha** pela implementação da Lei nos Municípios e estados. Destaco a presença da **MINUTA DE LEI MUNICIPAL** como

referência para os gestores/legisladores, na qual consta as atribuições de cada profissional e da equipe multiprofissional.

Contudo, temos encontrado diferentes situações tanto em relação ao processo de trabalho, quanto nos **diferentes tipos de contratação e vínculo de trabalho, bem como nos formatos de leis citando ou referenciando a Lei 13.935/2019.**

Desafios para o poder executivo estadual e municipal para atender a lei 13.935/2019

Contratação das equipes multiprofissionais por meio de **CONCURSO PÚBLICO** para isso municípios devem criar cargos e vagas para os profissionais no seu quadro de pessoal, pois um **vínculo efetivo garante a continuidade da prestação dos serviços** com a qualidade desejada e necessária;

Por ser prerrogativa do Poder Executivo (ESTADUAL E MUNICIPAL), cabe a este apresentar Projetos de Lei que interferem na folha de pagamento de pessoal, à Câmara de Vereadores/Assembleia de deputados em cumprimento a Lei 13.935/2019.

Cabe ao Poder Executivo **CRIAR O CARGO DE PSICÓLOGA(O) E DE ASSISTENTE SOCIAL** no quadro de servidores da Secretaria Municipal/Estadual de Educação, por meio de alteração ou criação de lei municipal;

Nossas principais Lutas no campo da Educação:

- Lutar pela implementação da Lei 13.935/2019;
- Protagonizar a criação e participação das Coordenações/grupos estaduais pela implementação da lei 13.935/2019
- Propiciar formação e capacitação profissional e política para atuação em Fóruns, Conselhos de Saúde/Assistência Social/ Educação/, de Direitos, Sindicatos e outros movimentos sociais
- Fazer agenda política com outros sindicatos de trabalhadores, movimentos sociais e entidades da psicologia
- LUTA CONTRA EAD NA PSICOLOGIA - Grupo de Trabalho (GT) - MEC/EAD - para subsidiar a elaboração da política que regulamentará a oferta de cursos à distância nas áreas de Enfermagem, Psicologia, Direito e Odontologia – Fernanda e Vânia acompanharam as reuniões pela Federação - Nota pública em defesa do ensino presencial
- Revogação do Ensino Médio.

Ações sindicais

- Regulamentação da convenção 151 da OIT - negociação coletiva - Mobilização das Centrais para buscar sustentação financeira e política para os sindicatos.
- Ratificação da convenção 190 DA OIT – ISP fez Audiência 16/06 Cartilha - Guia Sindical “Enfrentando a Violência no Trabalho”
- Relação de parceria entre FENAPSI/CFP e sindicato e CRPs – ações conjuntas - CNP – lutas e fiscalização conjunta das condições de trabalho
- Participação nas Etapas do CNP/2024- propor ações conjuntas para este campo da educação

V. SAÚDE SUPLEMENTAR e TRÂNSITO.

Link com apresentação completa: <https://docs.google.com/presentation/d/1wb-79N2gwU2S0sH5H9X3OfiJV3x60Yt/edit?usp=sharing&ouid=105328085912944112843&rtfpof=true&sd=true>

5.1- SAÚDE SUPLEMENTAR.

Marco legal:

- Lei Federal 9657/68 – Planos de Saúde
- Lei 9.961/2000- Competências da ANS - fiscalização das operadoras de planos de saúde.
- espaços de participação – controle social – ANS – Comissões
- Comissão Intersetorial de Saúde Suplementar do CNS.
- ANS- <https://www.ans.gov.br>

Importante a Considerar

Estabelecer diretrizes ao trabalho da (o) profissional de psicologia no campo da Saúde Suplementar – Gts conjuntos com CRPs. – cartilha –ATUALIZAR

Rol de procedimentos dos Planos de saúde contemplam a psicoterapia

Enfrentar algumas questões recorrentes na relação com operadoras de planos Saúde/prestador de serviço:

- a) Garantir Inclusão dos diferentes procedimentos/intervenções do psicólogo nos Planos de Referência que a ANS exige das operadoras;
- b) Tempo/Duração da sessão e limites de sessões semanais,
- c) Remuneração digna,
- d) Autonomia profissional
- e) desprecarização desta atividade profissional – enfrentamento à pejotização;

Plano de saúde como benefício para filiadas(os).

Ações sindicais – Saúde Suplementar

Grupos de trabalho: SAUDE SUPLEMENTAR e TRÂNSITO;

- Atualizar cartilhas e manuais (SP, PR E SC, CFP)
- Mesa negociação sus – Oficializada a representação (Fernanda e Letícia (DF)
- Negociação com operadoras de planos de saúde – articular – outras federações e sindicatos (NUTRI, FISIO, FONO).
- Ampliar a política de benefícios para os filiados planos de saúde, pós graduação, cartão desconto, rede de atendimento – ex: SINPSI-SC

- Articular com operadoras de planos de saúde – SAÚDE SUPLEMENTAR - melhoria das condições de trabalho das psicólogas que prestam serviços por meio de convênios

5.2 - TRÂNSITO

Principal foco está nas condições e relações de trabalho das/os psicólogas/os peritas do trânsito que realizam Avaliação psicológica para CNH

Avaliações psicológicas CNH são para periciais no contexto do trânsito, são avaliações compulsórias onde a maior parte da população brasileira teve ou terá o único momento de sua vida contato com um profissional psicólogo.

A avaliação psicológica no contexto de trânsito é demandada e regida pelo estado através dos DETRAN(S) ESTADUAIS, onde o parecer da(o) psicóloga(o) perita(o) do trânsito indicará ou não o cidadão para o apto a dirigir - atividade em perícia – perito do trânsito

É um serviço público terceirizado por meio de credenciamento - PJ e PF - portanto existe corresponsabilidade dos detrans nas condições de trabalho. No entanto, o tratamento dado aos psicólogos do trânsito por parte dos DETRANS tem sido muito difícil a relação, pouca valorização do profissional e muita diferença de um estado para outro.

A avaliação psicológica no contexto de trânsito é demandada e regida pelo estado através dos DETRAN(S) ESTADUAIS, onde o parecer da(o) psicóloga(o) PERITA(O) DO TRÂNSITO indicará ou não o cidadão para o apto a dirigir - atividade em perícia – PERITO DO TRÂNSITO

Psicólogas (os) se organizam em associações e poucos vem para o Sindicato fazer a luta; MG – foi apontado como tendo um bom modelo de trabalho. (Outros exemplos na apresentação em anexo).

Ações Sindicais no Trânsito

Criar GTs Nacional (FENAPSI/CFP/ANPSITRAN) e estadual conjunto sindicato e CRP.

Propiciar formação e capacitação profissional e política para atuação neste campo de trabalho com um seminário nacional.

Dialogar a nível federal a regulamentação da atuação do Psicólogo no trânsito.

Mapear condições de trabalho e pesquisa da FENAPSI /SINDICATOS/ASSOCIAÇÕES.

DEBATE - EIXO V – TRÂNSITO

Vânia – Proliferação de donos das clinicas não psicólogos (credenciadas junto ao Detran) precarizando o trabalho da/o psicóloga/o pois não existe vínculo de trabalho destes estes psicólogos/as prestadores do serviço (avaliação Psicológica para CNH)que termina quarteirizado. DETRANS credenciam PJ mas são Psic PF que trabalham. Cada estado possui uma regulamentação própria pelo respectivo DETRAN. Por outro lado, os Psicólogos fazem um movimento para criar Associações (ao invés de buscar o sindicato) para defender seus direitos enquanto credenciados junto ao DETRAN; mas também para manter o nicho de trabalho fechado. Também foi colocado que nos Conselhos de profissão ocorre uma apropriação do assunto/tema e que acabam defendendo mais interesses pessoais em detrimento do coletivo.

Em SC o sindicato tem atuado em conjunto com o CRP-12 na questão do credenciamento e na distribuição equitativa.

Jennifer – MG -Sobre a questão do trânsito o que podemos fazer juridicamente sobre isso?

Greice – MTS – Campo grande tem uma associação que comanda quem entra e quem sai do grupo, tem denuncia no CRP, não são clínica mas são associação de psicólogos.

Nádia – SC – não trabalhei nesta área, o que se traz aqui no trânsito, ainda não é uma política pública. E os psicólogos que concordam com isso são responsáveis eticamente, olhar como pessoas responsável, quando estão no campo de onde só eles decidem.

Marcone Matos – MG. - Uma ação com os conselhos estaduais para as espécies junto aos DETRANS, um protocolo, para a avaliação do profissional, com os testes necessários. Não é um controle, mas uma identificação, que o profissional seja responsabilizado.

Fernanda Magano (SP) – são dois temas caros para nossa base, não temos muito acúmulo, Sugiro Fazer um grupo de trabalho com 1 representante de sindicato com o DENATRAM, e um seminário sobre o tema.

Encaminhamentos/ações:

Criar um GT Nacional de trabalho com 1 representante por estado para debater com o DENATRAM/CONTRAN a questão da atuação do psicólogo no trânsito, juntamente com CFP.

Realizar seminário nacional sobre tema do trânsito com participação do setor jurídico, inclusive já foi sugerido em reunião da federação com CFP.

Debate sobre o EIXO V – SAÚDE SUPLEMENTAR.

Inaldo (MA) - Equipe multiprofissional – CNPJ ou MEI, psicólogo não é MEI e estão sendo coagidos a formar MEI. PJ.

Fernanda Magano (SP) – Tem muito psicólogo com desvio de função trabalhando em clínicas médica com baixa renumeração.

Daina – Sergipe – Tabela da FENAPSI de serviços e não é a mesma que os planos de saúde aplicam. Poderíamos ver com o jurídico e os planos para o reajuste.

Fernanda Magano – Nestes aspectos tenho 4 pontos a considerar:

1 – Os planos de saúde garante alguma necessidade financeira dos psicólogo e sua família, sendo contraditório a saúde suplementar.

2- Poderíamos fazer um pedido para o Jurídico o estudo para o GT – Saúde suplementar

3 – A tabela é referência mínimo, médios e máximos, da FENAPSI e CFP, podemos pressionar, mas não temos embasamento legal para obrigar os planos a executarem dentro hol de procedimentos.

4 – Negociar com os Planos de saúde e a FENAPSI. (Lei não obriga a negociar, porque cada profissional tem suas autonomias), tentar com a GEAP.

Beatriz – RS - No RS os psicólogos que se formam vão diretamente para essas clínicas que funcionam dentro dos CFCs o que está impedido pela Resolução do CFP

É uma contradição dos planos temos que refletir sobre isso, porque mais de 7mil pessoas e 5mil crianças esperando consulta em Sergipe pelo SUS, devemos lutar por vagas no SUS via concursos públicos.

Cátia (DF)– para poder ter a iniciativa privada na área da saúde, precisamos ser uma bandeira nossa a defesa do SUS.

Inaldo (MA) – nesta lógica o exército de reserva, permite que isso sempre irá acontecer, não valorização o profissional.

Giseli (CE) - Existe algumas experiências em cooperativa de psicólogos? Tem alguma experiência?

Jennifer (MG) - em Minas temos um projeto de sistema, uma assistência que paga para o profissional o serviço. Criar um próprio sistema sem fins lucrativos viabilizando o profissional e o paciente.

Shirlene (SP) – contradição, não é só com o psicólogo, temos com outros profissionais também como fisioterapeuta, etc.

Vania (SC) – podemos fazer isso com os planos, conjuntamente com os demais profissionais e outros sindicatos profissionais. Em SC tínhamos a Uni PISICO SC, as pessoas associadas não entenderam com funcionava o cooperativismo, então deixaram e foram para o privado. O cooperativismo é lindo, mas precisa estar no espírito dele, podemos tentar organizar.

Fernanda (SP) – exploração de psicólogo sobre psicólogo, interface com o Conselho, a cooperativa é linda no teórico, não na prática bate na questão de renda, precisamos olhar do ponto de vista ideológico do que pragmático.

Vinícius (SP) entendo essa angústia, mas devemos ser pragmáticos na relação com os convênios, é necessário para podermos termos recursos para fazer a luta. O capitalismo nos coloca nesta contradição em todos o nosso modo de viver.

Jorge (AL) – Nós tínhamos uma associação de psicólogos que em cooperativa.

Marli (PR) – o que a gente quer e o que a gente tem, no PR, sustentamos o sindicato com os convênios dos planos de Saúde, no PR tem a unimed exclusiva de psicólogo. Tem muitos psicólogos em plataforma, podemos fazer um aplicativo do sindicato, e credenciar os profissionais.

Claudemi Campos (CE) – os planos sempre vão oferecer os serviços, pagando pouco ao prestador e cobrando muito dos clientes.

Iana Aguiar (BA) – é a nossa pior contradição, a infeliz realidade, precisamos dialogar com o processo da uberização da psicologia, buscar formas de conscientizar a categoria. Buscar mais vínculos fortes, renumeração justas, regulamentação da jornada e do piso de salário e concurso público, plano de carreira.

Encaminhamentos/Ações:

Realizar um Seminário Nacional para discutir a questão da Saúde Suplementar e criar um GT Nacional com 1 representante de cada estado, juntamente com CFP.

Atualização das Cartilhas sobre o assunto como SP, PR e SC e identificar outros.

<https://crppr.org.br/guia-de-orientacao-psicologia-e-planos-de-saude/>

<https://www.crpssp.org/noticia/view/1539/crp-sp-divulga-documento-com-orientacoes-a-psicologos-as-que-trabalham-na-saude-suplementar>

Verificar com setor jurídico a questão da pejetização e nossa possibilidade de representação nas negociações junto às operadoras

Buscar via GT as possibilidades de organização em cooperativa de Psi, etc, garantindo as condições adequadas de trabalho e remuneração digna.

Formação com a ISP sobre a Convenção 190 da OIT (realizada no dia 10/08)

Luciana Melo Coordenadora Comitê de mulheres da ISP.

Federação em 160 países, em defesa do serviço público, dialogado com a ONU e a OIT e as Convenções com a 151, 190 e outras. No Brasil estamos em um governo democrático e popular, mas o congresso em sua maioria é da direita e conservador.

A ISP – elaborou o Guia Sindical – Enfrentando a Violência no Trabalho.

Quando falamos em violência dos trabalhos estamos incluindo a violência na mesa de negociação, o assédio moral e sexual no trabalho, devem ser tratados como violência. Os Sindicatos precisam lidar com isso como muita atenção, é o momento em que o trabalhador/a está mais frágil, não dá somente para enviar a demanda para o setor jurídico, as entidades precisam ter um departamento de saúde do trabalhador composto por pessoas que conheçam a temática e sejam sensíveis no acolhimento da denúncia e pós denúncia. Muitas vezes o trabalhador não faz a denúncia por medo de ficar sozinho, em vários casos nem a família fica do seu lado. Então o sindicato estar sensível a essa pauta é fundamental para o trabalhador se sentir acolhido.

Para nós é um grande desafio para a regulamentação da Convenção 190 da OIT, a relatoria está com o Dep. Flavio Bolsonaro, então a nossa mobilização frente aos deputados é fundamental. Neste período os deputados irão estar em suas bases fazendo campanha para seus candidatos é o momento de aproximar deles e cobrar a sua posição sobre as convenções 190 e 151 e a 156 (salário igual para trabalho igual), embora o governo editou MP, a CNI entrou com uma liminar questionando, então podemos nos preparar para fazer o enfrentamento, e isso reflete na categoria do psicólogo, os homens são minorias e como o DIEESE apresentou, as mulheres continuam ganhando menos. O fardo de ser mulher, o tempo todo sentindo a descriminalização, as mulheres lésbicas, trans, sofrem mais. Com a regulamentação, podemos conquistar direitos fundamentais, ela serve para proteger os trabalhadores, independente da forma contratual de trabalho principalmente as mais vulneráveis.

Sugestão: Criar uma comissão dentro do sindicato para acolher os trabalhadores e as denúncias.

Realizar debates, rodas de conversas e processo formativo para os dirigentes e filiados sobre importância das convenções.

Regulamentação da convenção 151 DA OIT - negociação coletiva - Mobilização das Centrais para buscar sustentação financeira e política para os sindicatos.

- Ratificação da convenção 190 DA OIT – ISP fez Audiência 16/06 Cartilha - Guia Sindical “Enfrentando a Violência no Trabalho”
- Luta contra EAD. na psicologia - Grupo de Trabalho (GT) - MEC/EAD - para subsidiar a elaboração da política que regulamentará a oferta de cursos à distância nas áreas de Enfermagem, Psicologia, Direito e Odontologia – Fernanda e Vânia acompanharam as reuniões pela Federação - Nota pública em defesa do ensino presencial
- Relação de parceria entre FENAPSI/CFP E SINDICATO E CRPs, ações conjuntas- CNP – lutas e fiscalização conjunta das condições de trabalho.

Manhã do Dia 11/08/2024

Seguindo a programação do Congresso, no terceiro dia, as(os) delegadas(os) deram continuidade as discussões dos eixos temáticos, mas não foi possível finalizar a sistematização das discussões para subsidiar a elaboração do Plano de Lutas para gestão 2024-27. Desta forma, para não prejudicar o andamento das atividades, com abertura de inscrição de chapa e eleição, a Comissão Organizadora do Congresso ficou de destacar as ações já apontadas para cada eixo em formato bem objetivo como minuta e encaminhar para o grupo da direção contribuir e disponibilizar para os delegados com prazo para o fechamento.

Quanto às eleições, apenas uma chapa de consenso se inscreveu sendo votada por aclamação pelas(os) delegadas(os) presentes. Após homologada a chapa eleita pela Comissão eleitoral, as advogadas Laís Chaves Borges e Roberta Mori Hutchison redigiram a ata de eleição e posse e acompanharam a coleta todas as assinaturas dos membros da nova diretoria eleita. O Congresso encerrou-se às 12h:40min.

REGISTRO FOTOGRÁFICO (fotos dos momentos – abertura, eixos, encerramento)



Participantes da formação sindical que abriu o Congresso.



Mesa de abertura, com a presença de Presidenta da FENAPSI – Vania Maria Machado; Vice-Presidenta do CFP – Alessandra Santos de Almeida; Secretário Sub-Regional do Brasil ISP – João Cayres; Secretária Geral da CNTSS – Isabel Cristina Gonçalves; Secretário Geral da CUT-SC – Rogério Manoel Corrêa; Presidenta da CRP-12 – Yara Maria Moreira de Faria Hornke; Supervisora Técnica do DIEESE-SC – Crystiane Peres.



Fala da supervisora Técnica do DIEESE-SC, Crystiane Peres, sobre a atual conjuntura política e econômica da categoria.



Momento da Eleição da Comissão Eleitoral



Apresentação por Fernanda Magano, eixo III – SUS/SAÚDE.



Momento de trocas e discussões.



Fala Luba Mello da ISP sobre a convenção 190 da OIT - assédio moral e atravessamentos de gênero.



Delegados e convidada Ângela Soligo (ABEP).



Delegação Sindicato do Rio Grande do Sul.



Delegação Sindicato de São Paulo.



Delegação Sindicato de Espírito Santo.



Delegado Sindicato de Amazonas, presidente da FENAPSI e formador sindical.



Delegação Sindicato de Santa Catarina e Equipe de apoio.



Despedida diretoria Gestão 2021/2024.



Estrutura física.



Diretoria FENAPSI Gestão 2024-27 no encerramento.

AVALIAÇÃO DO CONGRESSO:

O Congresso atingiu seu objetivo no sentido de promover o debate sobre as pautas principais e o formato presencial possibilitou uma maior aproximação e integração dos sindicatos para com a federação.